CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 06/10/2018

Rincón admitiu Caixa 2 e lavagem de dinheiro

CASH DELIVERY

Investigadores avaliam que depoimento de ex-presidente da Agetop comprova prática de crimes

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

O ex-presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop) Jayme Rincón (PSDB), preso desde sexta-feira (28) na Operação Cash Delivery, admitiu caixa 2 e lavagem de dinheiro no primeiro interrogatório realizado pela Polícia Federal (PF), no mesmo dia da prisão. Esse é o entendimento dos investigadores, que seguem as apurações sobre suspeitos pagamentos de propina pela Odebrecht a Jayme para beneficiar o ex-governador Marconi Perillo (PSDB), candidato ao Senado.

Como revelou ontem O POPULAR, Jayme confirmou recebimento de dinheiro em seu apartamento em São Paulo entregue pela Odebrecht. O tucano alega, no entanto, que o dinheiro foi para "campanha de candidatos aliados", sem revelar quais, e que todo o montante destinado à campanha de Marconi "foi legalizado".

Jayme diz não saber quantas vezes houve entrega de dinheiro em seu apartamento e o valor total. A apuração da PF e do MPF identificou pelo menos 11 encontros no local. O ex-presidente da Agetop, que era um dos coordenadores da campanha do governador José Eliton (PSDB) à reeleição até a deflagração da Cash Delivery, afirma ainda que "parte dos valores (recebidos da Odebrecht) era oficializada com a ajuda de empresas parceiras". Segundo o MPF, isso configura crime de lavagem de dinheiro.

"Confirma ter havido entrega de recursos por parte de prepostos do grupo Odebrecht aos policiais militares Sérgio (Sergio Rodrigues de Souza Vaz, era motorista de Jayme e morreu em janeiro de 2016) e Moura (Márcio Garcia Moura, atual motorista) no apartamento de propriedade do interrogado em São Paulo. Não sabe dizer ao certo o número de vezes. O apartamento era utilizado tendo em vista o acesso que Sérgio detinha ao mesmo", diz o termo do interrogatório ao qual O POPULAR teve acesso.

Em outro trecho, Jayme diz que "eventualmente devem ter sido fracionados pagamentos de despesas para fins de não preenchimento de fichas bancárias", o que também configuraria crime de lavagem de dinheiro.

No início do interrogatório, o ex-auxiliar do governo chega a afirmar que "nunca recebeu nem pessoalmente e nem indiretamente por terceiros nenhum valor em espécie da empresa Odebrecht". Diz ainda que "não pediu apoio financeiro, ao contrário, foram executivos da Odebrecht que ofereceram voluntariamente tal apoio financeiro e que este ocorreu de forma legal e no montante que não chega nem perto do valor de R$ 10 milhões (valor apontado pelas investigações com comprovação de entrega)".

Mais tarde, no entanto, após detalhar os contatos com cada um dos ex-executivos da Odebrecht – com os quais afirma ter tido apenas reuniões oficiais e realizadas na sede da Agetop –, Jayme passa a admitir a entrega de recursos em seu apartamento.

Questionado sobre o fato de Ricardo Roth Ferraz, ex-diretor da empreiteira, ter afirmado que se encontrou com ele para repassar senhas para entrega de dinheiro, o ex-presidente da Agetop afirmou que "por uma única vez Ricardo quis repassar uma senha, entretanto de imediato disse a ele que não desejava receber nenhuma senha e que este tipo de assunto deveria ser tratado diretamente com o PM Sergio". "Esclarece que sempre quis se afastar dessa questão operacional referente a campanha eleitoral", relata o termo do depoimento.

Jayme ressaltou que o filho Rodrigo Godoy Rincón, também preso na sexta-feira e solto no início da tarde de ontem, "não tinha a menor participação e sequer sabia do que estava acontecendo" no apartamento de São Paulo, em que ele morava. Sobre o veículo de R$ 170 mil que pertence a Rodrigo e, segundo as investigações foi comprado com parte da propina, Jayme afirmou que nem se lembrava que estava em nome do filho e que ele é usado por sua mulher.

A reportagem não conseguiu contato com o advogado de Jayme até o fechamento da edição.

Trechos de depoimentos

Ex-presidente da Agetop afirmou que recursos recebidos da Odebrecht foram usados em campanhas:

nunca viu ou manuseou qualquer planilha que supostamente contenha apelidos atribuíveis ao Governador Marconi Perillo; QUE, confirma ter havido entrega de recursos por parte de prepostos do grupo Odebrecht aos policiais militares SÉRGIO e MOURA no apartamento de propriedade do interrogado na cidade de São Paulo; QUE, não sabe dizer ao certo o número de vezes em que tal procedimento ocorreu; QUE, o apartamento era utilizado tendo em vista o acesso que SÉRGIO detinha ao mesmo; QUE, o interrogado não participou de nenhuma reunião em que SÉRGIO e MOURA estivessem presentes; QUE, não participação nesses encontros e sequer sabia do que estava ali acontecendo; QUE, SÉRGIO retornava a Goiânia de carro e eventualmente em vôo privado; QUE, os valores eram destinados em sua grande maioria para a campanha de candidatos aliados; QUE, parte dos valores era oficializada com a ajuda de empresas parceiras; QUE, todo o montante destinado a campanha de MARCONI PERILLO foi legalizado; QUE, os PMs SÉRGIO e MOURA exerciam atribuições idênticas; QUE, por isso eles

No segundo depoimento, Jayme segue orientação da defesa e se cala:

QUE indagado qual seu vínculo com LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, conhecido como BAMBU; QUE indagado qual seu vínculo com PM MOURA e PM SÉRGIO; QUE indagado qual origem e destinação do numerário em espécie encontrado em poder do PM MOURA na data de deflagração da operação CASH DELIVERY; QUE indagado sobre as incongruências acerca do depoimento de seu filho RODRIGO; QUE seu advogado lhe orientou a utilizar seu direito de permanecer em silêncio quanto as perguntas realizadas; Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Determinou a autoridade o encerramento do presente que, lido e achado conforme, assina com o(a)

Mulher e filha pedem dilação

Heloísa M. P. G. Rincón e Natália Rincón, mulher e filha do ex-presidente da Agência Goiana de Transporte e Obras (Agetop), Jayme Rincón, preso desde a última sexta-feira na Operação Cash Delivery, apresentaram ontem pedido à Polícia Federal (PF), em Goiânia, para adiar o depoimento delas, designado para hoje. No pedido escrito à mão pelo advogado, elas pedem que a audiência seja redesignada para o primeiro dia posterior ao da designação. No pedido à delegada da PF Marcela Siqueira Vicente, responsável pelo caso, a defesa diz que "o depoimento requerido, com certeza, refere-se à empresa Ronais ou Ronai, que é uma empresa voltada à administração de imóveis" e acrescenta que ela "não possui funcionários ou sede definida, posto que desnecessário" e afirma que "esta ausência de sede e funcionários impede a coleta de informações necessárias de modo imediato". "O depoimento sem elementos documentais e sem o auferimento das informações necessárias é ineficaz", diz o texto. (Carla Borges)

> *"Parte dos valores (recebidos da Odebrecht) era oficializada com a ajuda de empresas parceiras"*
>
> **Trecho do depoimento de Jayme Rincón à Polícia Federal**

O POPULAR 06/10/2018

BRT muda por Leste-Oeste

MOBILIDADE Projeto terá "pequenas adequações" na região da Praça do Trabalhador em razão das obras de ampliação da avenida. Trabalho segue dentro do cronograma de TAC de março

Fotos: Dionísio Gomes

Trecho já concretado na Avenida Lúcio Rebelo, no Setor Alto do Vale; serviços concentrados na pista central

Vandré Abreu
vandre.abreu@opopular.com.br

A Comissão de Acompanhamento de Obras Públicas da Prefeitura vai pautar, em suas reuniões semanais, a adequação do projeto do BRT Norte-Sul às obras de prolongamento da Avenida Leste-Oeste na região da Praça do Trabalhador. O edital para a licitação da nova obra foi lançado no início da semana e o titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Seinfra), Dolzonan da Cunha Mattos, explica que serão necessárias pequenas alterações no projeto do BRT. No geral, as mudanças serão para readequar os espaços, especialmente no ponto de encontro entre as obras e a Praça do Trabalhador.

"São mudanças pequenas, uma curva mais para um lado ou outro. Mas a empresa que projetou o BRT é a mesma que fez o projeto da Leste-Oeste, então vai ser mais fácil fazer essa adequação para a região, porque tem ainda a revitalização da Praça do Trabalhador e a Rua 44", conta Mattos. Segundo o secretário, não haverá diminuição na extensão das pistas laterais e nem mesmo dos ônibus e a prioridade para o fluxo de trânsito será do corredor exclusivo do transporte coletivo, mas o cruzamento será em nível e com intervenção semafórica.

A estimativa é que as obras na Leste-Oeste se iniciem em janeiro do próximo ano, quando se espera que as pistas do BRT Norte-Sul e as calçadas na mesma região já estejam finalizadas. Assim, só restaria a construção do Terminal Rodoviária para o corredor exclusivo. Ainda não está definido se essa obra será feita ao mesmo tempo do início da Avenida Leste-Oeste ou apenas depois que estas já estiverem mais avançadas. No entanto, espera-se que não seja mais necessário as obras nas pistas, com a frente de serviços do corredor já avançando para a região do Terminal Isidória, no Setor Pedro Ludovico.

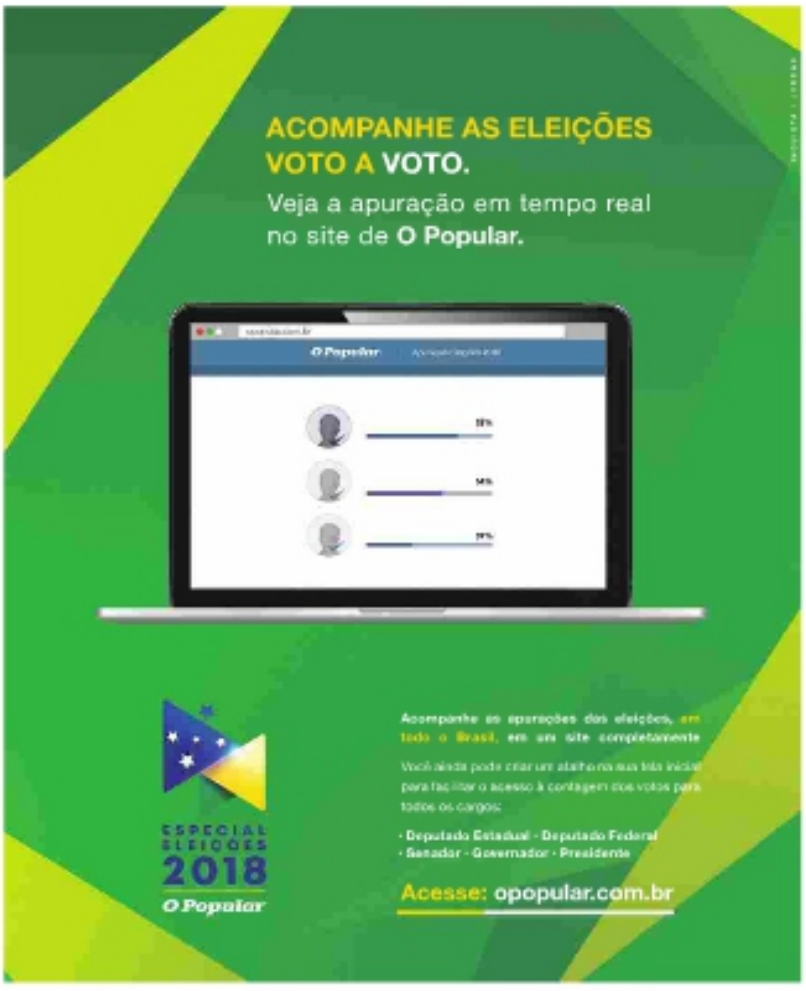
Segundo Mattos, as obras do corredor exclusivo estão dentro do cronograma previsto no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em março com o Ministério Público Federal (MPF). A previsão é de que toda a pista de rolagem central e as laterais fiquem prontas até o final do ano no trecho entre o Terminal Recanto do Bosque e a Praça do Trabalhador. As reformas neste terminal também devem ficar prontas ainda neste mês. Além disso serão feitas metade das calçadas no trecho e três estações de embarque.

Além disso, o projeto do BRT só foi alterado no cruzamento das avenidas Goiás Norte com Perimetral Norte, em que a trincheira a ser construída será realizada sem a necessidade de desapropriar duas áreas localizadas no sentido bairro-centro, sendo uma delas a do Shopping Passeio das Águas. O problema ocorre desde 2016, quando o Paço não tinha chegado a um acordo com os proprietários e chegou-se a pensar em até mesmo abandonar a ideia da trincheira e manter o fluxo no mesmo nível. Mattos afirma que foi possível fazer uma solução de engenharia que não atrapalhasse o fluxo sem a necessidade da desapropriação, que ocorreu apenas nos dois lotes do sentido oposto.

Corredor T-7 deve ter obras ainda neste mês, com prazo prorrogado

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Seinfra) conseguiu, junto ao governo federal, a prorrogação por um ano das obras do Corredor T-7, que estão paradas desde outubro de 2016. A previsão inicial do serviço, que foi iniciado em 2015, era de que fosse entregue no final de 2016, mas foi revisto o prazo para março de 2017 e depois para setembro deste ano. Agora, a nova data estimada é para setembro de 2019. As obras são custeadas pelo governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade.

Desde o início do mandato de Iris Rezende (MDB), em 2017, há tratativas para a retomada das obras sem sucesso. A primeira expectativa era do retorno em agosto de 2017, quando até mesmo as placas de informação da obra foram trocadas com um novo valor, saindo de R$ 29,5 milhões para R$ 30,8 milhões. No entanto, não houve retorno dos trabalhos. O Paço tentava conseguir recursos para arcar com os aditivos contratuais e garantir os repasses da Caixa Econômica Federal, que financia a obra com recursos do Ministério das Cidades, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade. Segundo o secretário da Seinfra, Dolzonan Mattos, agora será possível realizar a continuidade da obra. No Corredor T-7, a obra já consta como totalmente finalizada no trecho da Avenida Gercina Borges, entre a Praça Cívica e a Assis Chateaubriand, no Setor Oeste. A ciclovia foi concluída entre a Praça Cívica e a Praça do Cigano, via Assis Chateaubriand, já teve que passar por reparos e há locais com problemas.



O POPULAR 06/10/2018

Paço aguarda empréstimo para dar contrapartida

A Prefeitura ainda tenta empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 25 milhões, para garantir o pagamento da contrapartida para as obras do BRT Norte-Sul. O secretário da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Seinfra), Dolzonan da Cunha Mattos, espera que o acordo com a instituição financeira saia ainda este ano, apesar do período eleitoral. A ideia é que a verba possa aliviar o caixa do Paço e ainda garanta investimentos maiores a partir de 2019 para que a obra possa avançar.

Mattos planeja que o ritmo seja cerca de 2,5 vezes maior do que o atual no período de estiagem do próximo ano e, para isso, o valor a ser aportado mensalmente também tem de ser maior. Até agora, segundo conta, a Prefeitura tem conseguido arcar com o referendado no acordo feito em março que possibilitou a retomada da obra, sendo R$ 1 milhão mensal para o consórcio executor e R$ 200 mil para a empresa que supervisiona os serviços. Para se ter uma ideia, em setembro, o Paço empenhou R$ 1,5 milhão para o consórcio. No mês anterior o aporte foi de R$ 1,8 milhão.

Atualmente, o consórcio opera em três frentes de serviço, sendo uma na proximidade da Rodoviária, com menor intensidade, outra no Terminal Recanto do Bosque, cuja reforma deve ser finalizada em até 15 dias, de acordo com o secretário. A última frente é na região da Avenida Oriente, que é a única a ser duplicada para a inserção da pista central do corredor. Nesta região, 11 lotes deverão ser desapropriados. Oito deles já fizeram acordo com a Prefeitura, mas ainda não foi assinado. Outros três casos tiveram decisão judicial. Ao todo, o Paço terá de pagar R$ 1,8 milhão pelas desapropriações dos imóveis.

Na mesma região não foi necessária a desapropriação de parte do terreno do Centro de Ensino em Período Integral Professor Genesco Ferreira Bretas, como previa o projeto inicial. Para que isto fosse possível, a pista retirou parte de um terreno da Saneago, do lado oposto da rua, preservando a quadra poliesportiva da unidade educacional.

Terminal Recanto do Bosque: reforma deve ser concluída em 15 dias

DIÁRIO DA MANHÃ 08/10/2018

Café da Manhã

ULISSES AESSE

Energia

Tomaram-se comuns críticas aos preços das taxas da **Enel**, antiga **Celg**. A população reclama do alto preço das contas de energia. Na verdade, algo que deveria ser investigado, auditado e fiscalizado.

Problema

Aliás, foi só a **Celg** ser vendida para a companhia desandar em **Goiás**. Um problema futuro para o novo governador de Goiás, **Ronaldo Caiado**.